

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE NAS AÇÕES PARA A IGUALDADE

Ana Alice Cavalcante de Oliveira¹, Thiago Barisson de Melo Oliveira²

1 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,

marianamagno11@gmail.com

2 Docente Orientador, Afya Centro Universitário São Lucas,

thiago.barisson@afya.com.br

INTRODUÇÃO: A desigualdade de gênero no campo político é um desafio que ainda persiste. Mesmo com avanços históricos, a presença feminina continua limitada por barreiras culturais e institucionais. Segundo a Oxfam Brasil (2024), “a desigualdade de gênero é uma das formas mais persistentes de injustiça social, refletindo-se em diversas áreas, incluindo a representação política”. Este estudo busca analisar a efetividade das ações voltadas à equidade de gênero na política, defendendo que mudanças estruturais e culturais são fundamentais para superar esse cenário. **OBJETIVO:** O presente estudo tem como objetivo analisar a efetividade das ações e políticas públicas destinadas à promoção da equidade de gênero na política, destacando seus avanços e limitações. Pretende-se compreender de que forma medidas como cotas eleitorais, incentivos à participação feminina e legislações específicas têm influenciado a representatividade das mulheres em espaços de poder, bem como os desafios culturais, institucionais e sociais que ainda dificultam sua inserção plena e consolidação na vida política. **MATERIAL E METODOLOGIA:** A pesquisa é baseada em revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, relatórios de organizações, e análises institucionais. Foram avaliadas políticas públicas, legislações e ações afirmativas adotadas em diferentes contextos nacionais e internacionais. O objetivo é compreender os limites e avanços dessas medidas, com foco na participação feminina em espaços de poder. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados demonstram que, embora medidas como cotas de gênero e incentivos à participação feminina tenham ampliado o número de mulheres na política, essas ações ainda encontram resistência cultural e institucional. De acordo com o FMI (2022), “medidas institucionais são essenciais,

mas não suficientes para garantir uma maior inserção das mulheres na política”. A Fundação Getúlio Vargas (2024) aponta que políticas públicas como a previdenciária ainda perpetuam desigualdades que dificultam o acesso e a permanência das mulheres na vida política. Esses obstáculos são reforçados por estereótipos de gênero, que descredibilizam a atuação da mulher. Mesmo eleitas, muitas mulheres enfrentam desafios como a marginalização em comissões de menor prestígio e a resistência à sua ascensão a cargos de liderança. Carrasco et al. (2022) destacam que, mesmo no exercício do mandato, elas são tratadas como figuras periféricas, com menor poder de decisão. Em estudo recente, a Oxfam Brasil (2024) ressalta que o preconceito de gênero continua a ser um obstáculo invisível, mas potente, que limita a projeção das mulheres nos espaços de poder. Essa realidade revela que a equidade de gênero na política depende não apenas da adoção de políticas afirmativas, mas também da desconstrução de estereótipos sociais e da transformação cultural mais ampla. Outro fator preocupante é a ausência de mecanismos de proteção contra a violência política de gênero e a desigualdade no financiamento de campanhas. Tais fatores desestimulam novas candidaturas e dificultam a consolidação de lideranças femininas. Logo, embora as ações afirmativas tenham gerado avanços, a manutenção de uma cultura política excludente exige medidas mais profundas, como campanhas educativas, reformas estruturais e políticas públicas de apoio contínuo às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Apesar dos avanços legais e institucionais, a desigualdade de gênero na política ainda persiste de forma estrutural. As cotas eleitorais e os incentivos à participação são importantes, mas insuficientes diante dos desafios enfrentados pelas mulheres nos partidos, no exercício de mandatos e nas campanhas eleitorais. A Oxfam Brasil (2024) reforça que “a luta por equidade de gênero na política precisa ser acompanhada de uma mudança cultural que combata preconceitos e estereótipos arraigados”. Sem isso, a presença feminina continuará sendo simbólica, e não transformadora. Carrasco et al. (2022) observam que as mulheres ainda são alvos de críticas desproporcionais e enfrentam dificuldades para consolidar sua atuação política. Assim, equidade de gênero exige mais do que assentos no parlamento — requer respeito, valorização e condições reais de participação. Conforme aponta o FMI (2022), é preciso adotar medidas integradas que envolvam educação, reformas institucionais e políticas públicas inclusivas. A FGV (2024) defende que políticas estruturais, como a previdenciária, devem ser redesenhadas com perspectiva de gênero, para garantir igualdade de oportunidades. Por fim, a presença feminina qualificada e protegida é essencial para a vitalidade democrática. A equidade de gênero não pode ser tratada como pauta eleitoral momentânea, mas como diretriz contínua de Estado, fundamental para uma sociedade mais justa e plural.

Palavras- chave: Desigualdade de Gênero. Política. Equidade. Participação Feminina. Cotas.